



## Assistência estudantil na educação superior: mapeamento da produção científica a partir do estado do conhecimento (2010-2021)

Student assistance in higher education:  
mapping scientific production based on the state of knowledge (2010-2021)

Bruna Surdi Alves, Ketlin Elís Perske e Maria de Lourdes Pinto de Almeida

### Resumo

Este trabalho trata da construção do estado do conhecimento a partir do projeto de pesquisa elaborado no curso do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo foi mapear a produção científica sobre a assistência estudantil na educação superior, no período de 2010 a 2021, no manancial Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, que tem como descritores: “política pública”, “educação superior” e “assistência estudantil”. Foi definida a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)/IBICT como base de dados. Desta pesquisa foram encontradas 26 produções, entre teses e dissertações. Destaca-se o número elevado de produções na região Nordeste (49%), e também no período de 2017 a 2019. Todos os trabalhos utilizaram a dialética como método de análise e tem como autoras servidoras técnico-administrativas de instituições federais de ensino. Não foram encontrados trabalhos tratando especificamente da participação dos estudantes na construção, implementação e avaliação de políticas institucionais no âmbito da assistência estudantil.

**Palavras-chave:** Estado do conhecimento; políticas públicas educacionais; educação superior; assistência estudantil; Programa Nacional de Assistência Estudantil.

### Abstract

This paper deals with the construction of the state of knowledge based on the research project developed in the Professional Master's course in Public Policies and Educational Management at the Federal University of Santa Maria (UFSM). The objective was to map the scientific production on student assistance in higher education, from 2010 to 2021, in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD/IBICT). This is a qualitative, bibliographic and documentary research, which has as descriptors: "public policy", "higher education" and "student assistance". The Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD)/IBICT was defined as the database. From this research, 26 productions were found, including theses and dissertations. The high number of productions in the Northeast region (49%), and also in the period from 2017 to 2019 stands out. All works used dialectics as a method of analysis and were authored by technical-administrative employees of federal educational institutions. No works were found specifically dealing with student participation in the construction, implementation and evaluation of institutional policies within the scope of student assistance.

**Keywords:** State of knowledge; public educational policies; higher education; student assistance; National Student Assistance Program.

## 1. Introdução

À universidade, cabe sempre as palavras de Marx (2007: 537-538): "os homens são produto das circunstâncias e da educação e, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada; esquece-se que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado". A práxis, enquanto ação ética e política de persuasão e influência que homens exercem sobre si, está enraizada na atividade acadêmica, de modo que os acadêmicos se circunscrevem na superestrutura, no campo da luta política. E neste contexto está o pesquisador e suas produções científicas.

A pesquisa acadêmica passou por um processo de expansão nas últimas décadas, gerando um grande contingente de produções, tanto em revistas quanto em trabalhos de conclusão de curso acadêmico (principalmente teses e dissertações). A globalização da internet possibilitou que estas produções possam ser acessadas instantaneamente através dos acervos e repositórios *online* de diversas instituições. Pode-se dizer que o conhecimento está a um "click" de distância do pesquisador.

De acordo com consulta realizada diretamente no banco de dados *online* do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é possível observar um aumento exponencial dos trabalhos acadêmicos nos últimos 20 anos. No Brasil, em 2000, foi publicado um total de 23.684 produções, entre teses e dissertações. Este número chegou a 94.731 em 2019, um aumento de quase 300%, o que representa um avanço considerável no quesito quantitativo. Entretanto, o que fazemos com esta vasta produção? Que rumos esta produção científica está seguindo? Sobre o que estes pesquisadores têm se debruçado e qual a relevância destas pesquisas para a sociedade? Todas estas perguntas são pertinentes e alguns autores têm se empenhado em buscar formas de "pesquisar o que tem sido pesquisado", ou seja, ter nos trabalhos científicos o próprio campo de estudo e aprofundamento.

Assim, este recorte busca aproximações entre a temática de pesquisa da assistência estudantil na educação superior e as pesquisas que estão sendo realizadas sobre o tema. Observou-se inúmeras modificações no cenário da educação superior, inicialmente no que diz respeito ao acesso e à democratização. Isso ocorreu com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O REUNI foi regulamentado pelo Decreto nº 9.096, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007) e tem como objetivo o aumento da taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial por meio de uma ampliação dos cursos noturnos, a criação de novos *campi* e a ampliação daqueles já existentes. Já o ingresso na educação superior por meio do SISU simplificou, de certa maneira, o ingresso de estudantes, pois não é preciso se deslocar até a cidade na qual o campus está localizado para realizar o vestibular.

Com esse aumento no ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas, de cidades distantes dos *campi*, um grande número em condições de vulnerabilidade socioeconômica, verificou-se que as políticas públicas deveriam voltar-se também para garantir a permanência destes estudantes, pois muitos acabam desistindo dos cursos devido a dificuldades, principalmente financeiras. Diante disso, os movimentos estudantis e as associações de educação superior passaram a pleitear políticas direcionadas à assistência estudantil. Faz-se necessário, neste momento, retomar o conceito de assistência estudantil, proposto por Vasconcelos (2010), dada sua importância para este recorte:

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (Vasconcelos, 2010: 609).

É nesse cenário que é implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. A partir deste decreto, as

instituições federais de ensino (IFES) passam a receber os recursos financeiros para serem empregados exclusivamente em recursos para ações de assistência estudantil. O Art 2. Do decreto apresenta os objetivos do programa: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010: s/p).

O PNAES é, pois, o ponto de partida deste trabalho, que tem como objetivo mapear a produção científica, por meio de pesquisa do estado do conhecimento, de modo a iniciar a busca pelas produções de 2010, ano de publicação do decreto, se estendendo até 2021. Busca-se aquilo que já tem sido produzido, investigando possíveis lacunas ou atualizações necessárias no objeto de estudo, assim como o impacto e a relevância social.

A pesquisa do tipo estado do conhecimento tem por finalidade primordial a construção e compreensão do campo científico de um determinado tema em um determinado espaço (Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt, 2021). Seguindo este aspecto, tem-se como ponto de partida o projeto de pesquisa elaborado no curso do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, que tem por objetivo inicial analisar em que medida os estudantes possuidores do Benefício Socioeconômico (BSE),<sup>1</sup> no período de 2020 a 2022, reconhecem os processos de planejamento e gestão da Assistência Estudantil da UFSM e que demandas identificam como prioritárias na construção de uma Política Institucional.

Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, tem como base a metodologia apresentada por Romanowski e Ens (2006) e Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), iniciando com a definição dos descritores a serem pesquisados; a escolha das bases de dados a serem utilizadas; o estabelecimento dos critérios para seleção do material; coleta das teses e dissertações; leitura do material encontrado; a elaboração da síntese preliminar dos dados encontrados de acordo com os resumos e; por fim, a sistematização e análise das produções científicas selecionadas.

Deste modo, para a pesquisa do estado do conhecimento, iniciou-se pela construção dos descritores utilizando as categorias presentes no objetivo da pesquisa, partindo do geral ao específico. A base de dados escolhida foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), considerando a vasta produção sobre assistência estudantil realizada a partir de processos formativos em programas de pós-graduação.

Antes de partirmos para os achados desta pesquisa, apresentamos a seguir uma introdução sobre os estudos do tipo “estado da arte” e/ou “estado do conhecimento”. De antemão, justificamos que apesar de parecer relativamente recente, este tipo de investigação vem se constituindo há quarenta anos no Brasil, com grande contribuição no campo da educação.

## **2. Sobre “estado da arte” ou “estado do conhecimento”**

No Brasil, as primeiras pesquisas de relevância denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento” surgiram a partir dos anos 1980, no campo da educação, e foram muito importantes na constituição das bases deste tipo de investigação, sendo consideradas referências.<sup>2</sup> Apesar de serem utilizados como sinônimo, alguns autores defendem a diferenciação dos termos “estado da arte” e “estado do conhecimento”.

Para Romanowski e Ens (2006: 39) “os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções” e de forma mais restrita, o “estado do conhecimento” é voltado à busca em um setor específico de publicações disponíveis. Neste caso, considerando a abrangência do material estudado, esta pesquisa pode ser definida como uma experiência de estado do conhecimento, tendo como referência o conceito de Morosini

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar, que o BSE se configura como o cadastro dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, avaliado pelo setor competente na instituição pesquisada.

<sup>2</sup> Ver Soares (1989); Fiorentini (1994); Ferreira (1999); André e Romanowski (1999).

e Fernandes (2014: 155), em que “estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Para além de sistematizar e delimitar o campo do conhecimento, este tipo de análise tem a característica de retratar o “estado” do tema em questão em um determinado espaço de tempo e região, entretanto, não sendo estanque e imutável. Trata-se de uma “fotografia” daquele momento específico, considerando que a realidade está em constante transformação e novas produções surgem todos os dias, assim como novos estados podem ser constituídos. Pode-se perceber as tendências, a partir das escolhas teóricas e metodológicas dos autores, sendo possível, antever um devir em construção no campo estudado.

O percurso metodológico adotado neste trabalho tem como referência os estudos desenvolvidos por Romanowski e Ens (2006) e Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), que teorizam sobre este tipo de pesquisa. Romanowski e Ens (2006) propõem uma série de procedimentos a serem executados na construção do estado da arte, iniciando com a definição dos descritores; localização e acesso aos bancos e textos completos; estabelecimento de critérios para composição do corpus de análise; leitura dos textos com elaboração de síntese preliminar; sistematização e construção do relatório final, identificando as tendências e correlações encontradas.

Considerando o período em que esta metodologia foi proposta, estudos como estes eram ainda escassos e relativamente recentes. É possível perceber que as investigações do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” realizadas ao longo das últimas três décadas, no Brasil, compuseram um arcabouço teórico consolidado.

Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), em seu livro “Estado do conhecimento: teoria e prática” apresentam uma proposta de metodologia “e suas possíveis contribuições para o avanço da pesquisa científica, para além de uma revisão bibliográfica” (Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt, 2021: 59). As autoras propõem a constituição de quatro etapas do processo de investigação, sendo estas denominadas: Bibliografia Anotada; Bibliografia Sistematizada; Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva. Estas etapas são precedidas pela delimitação do tema e do objetivo da pesquisa, que no caso deste estudo, é analisar a produção científica, especificamente de teses e dissertações, publicadas entre 2010 e 2021, acerca da assistência estudantil no âmbito da Educação Superior com ênfase na participação estudantil na proposição/gestão/avaliação.

Em ambas as propostas metodológicas, a fase seguinte trata da definição dos descritores, aqueles termos que serão o guia para a busca nas bases de dados. Os descritores são selecionados a partir da problemática e dos objetivos da pesquisa. A boa escolha dos descritores é essencial para que os resultados encontrados se conectem com o tema de pesquisa. Além disso, essa escolha deve ser muito bem pensada e alinhada aos objetivos da pesquisa, de modo a atender a amplitude e a especificidade da temática (Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt, 2021)

Os descritores são mais criteriosos que as palavras-chave, pois devem exprimir com a maior exatidão possível o problema a ser pesquisado. Brandau, Monteiro e Braille (2005) alertam sobre a importância de diferenciar palavras-chave e descritores. Considera que para:

uma palavra-chave tornar-se um descritor ela tem que passar por um rígido controle de sinônimos, significado e importância na árvore de um determinado assunto. Já os descritores são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo (Brandau, Monteiro e Braille, 2005: 8).

O seguinte passo trata da definição dos bancos de dados para a consulta, a partir das características da pesquisa. Para escolher uma base de dados para a pesquisa, é preciso, segundo Morosini, Santos e Bittencourt (2021), verificar os critérios estabelecidos para armazenamento das publicações, bem como o órgão científico que chancela tal repositório.

Neste estudo, considerando que o projeto de pesquisa proposto pelas autoras tem como plano de fundo uma política pública de educação superior no âmbito brasileiro, não é necessário que a abrangência do banco de dados seja maior que a produção nacional. Neste caso, optamos

por um repositório nacional, sendo o banco de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A BDTD possui um número elevado de publicações integrando e direcionando aos mananciais das instituições de ensino de todo o país, sendo possível acessar o documento completo.

A partir desta busca, mesclando os passos propostos por Romanowski e Ens (2006) e Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) serão organizados os primeiros dados sobre o corpus de análise, com a leitura dos resumos e a construção do quadro de análise. Este quadro será essencial para a sistematização e quantificação dos dados mais relevantes que irão compor a identificação do corpus de análise. Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) dividem esta etapa em dois momentos distintos, em que na Bibliografia Anotada é realizada a leitura flutuante dos resumos com breve identificação dos trabalhos e a partir desta, a construção da Bibliografia Sistematizada, na qual “já se inicia a seleção mais direcionada e específica para o objetivo da construção do conhecimento e outros indicadores de acordo com o objeto de estudo do pesquisador” (Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt, 2021: 65).

Considerando o número reduzido de trabalhos encontrados, definimos pela construção de uma tabela inicial contendo os dados mais específicos, com as seguintes informações presentes no banco de dados: título da produção; autor(a); ano de publicação; instituição de ensino; região do país; programa/curso de pós-graduação; tipo de produção (tese ou dissertação); palavras-chave; objetivo geral; método e metodologia utilizados; sujeitos da pesquisa; principais resultados.

É preciso destacar uma limitação nesta etapa que tornou o processo de busca das produções científicas moroso: a inexistência de um padrão na construção dos resumos, com informações insuficientes, sem descrição sobre o percurso metodológico, universo, amostra e lócus de pesquisa, o que exigiu que em alguns casos fosse necessário consultar o trabalho completo em busca destes dados. Romanowski e Ens igualmente apontam esta dificuldade em seu percurso de pesquisa, constatando que “estas limitações dificultaram e, em alguns casos, prejudicaram a categorização e a análise do seu conteúdo” (2006: 47).

Na fase seguinte, foram selecionados aqueles trabalhos que apresentam objetivos semelhantes à investigação das autoras, visto que um dos critérios de seleção de trabalhos são aqueles nos quais os sujeitos de pesquisa são estudantes beneficiários das ações oriundas do PNAES. Após foi realizada leitura flutuante dos trabalhos completos a fim de reconhecer a sua estrutura e características. Nesta etapa é importante realizar a leitura das bibliografias pois estas podem guiar para outras produções. Segundo Morosini e Fernandes (2014), através dos trabalhos selecionados para a pesquisa do estado do conhecimento, pode-se ainda acessar e buscar por outros trabalhos relacionados ao nosso objeto de pesquisa através das bibliografias destes.

Por fim foi restringido o corpus de análise, para leitura aprofundada, aos trabalhos com discussão específica em capítulo, item ou subitem, que abordem a participação dos estudantes na construção, gestão e/ou avaliação da assistência estudantil enquanto uma política pública. Este recorte é necessário para constituir um estado que possa abranger desde os aspectos mais gerais sobre o tema, até as escolhas metodológicas específicas de cada autor. Morosini e Fernandes (2014) tratam da riqueza desta fase da pesquisa:

No que diz respeito à fase exploratória, sua contribuição é ímpar porque nos dá uma visão do que já foi/está sendo produzido em relação ao objeto de estudo que selecionamos como tema de pesquisa; disso decorre que é possível construir uma avaliação do grau de relevância e da pertinência do tema inicialmente selecionado situando-o em um campo de produção de conhecimento (Morosini e Fernandes, 2014: 161).

Este exercício de imersão no campo a ser pesquisado constitui em uma experiência rica para as pesquisadoras possibilitando o diálogo com os autores que têm se dedicado a este tema, com as mesmas ou diferentes inquietações sobre esta realidade. Através desta aproximação o pesquisador pode nortear a (re)construção do seu próprio percurso de investigação, ampliando sua visão e evitando a replicação de uma produção restrita e medíocre. Tanto o estado do conhecimento, quanto o estado da arte levam à identificação de lacunas e contradições teóricas, que problematizadas em trabalhos futuros, podem levar à originalidade acadêmica.

### 3. Resultados obtidos

O início da pesquisa do estado do conhecimento com a consulta à BDTD deu-se em 06 de fevereiro de 2022, e, naquele momento, a base contava com o número total de 714.277 produções em seu acervo. Cada descritor foi aplicado individualmente, com e sem a restrição ao termo específico (exato); com os filtros de idioma em português e o limite temporal de 2010 a 2022.

Ao retomar a problemática de pesquisa e tendo em vista que o trabalho se situa no âmbito das políticas públicas educacionais para a educação superior, foi escolhido o termo “política pública” combinado a um segundo descritor mais específico, neste caso, “educação superior”. Por fim, o último descritor está atrelado à temática da pesquisa, sendo “assistência estudantil”.

O idioma português foi delimitado considerando que a pesquisa objetiva abarcar as experiências nas políticas públicas nacionais, não sendo do interesse produções de outros países. O recorte temporal remete ao ano de implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pelo decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010. Com isso, podemos incluir todos os trabalhos desenvolvidos desde a implantação deste, sendo um marco legal para a assistência estudantil no Brasil.

Foram pesquisados os descritores de forma combinada, também aplicando os mesmos filtros. Na Tabela 1 são apresentados os descritores pesquisados e o número de trabalhos encontrados em cada etapa.

**Tabela 1 - Sequência de termos pesquisados e produções encontradas**

	Sem filtros	Filtro Idioma (POR)	Filtro Idioma + Filtro ano (2010 - 2022)
política pública	54.039	52.153	40.676
“política pública” (exato)	28.354	27.473	22.396
educação superior	19.978	19.588	15.883
“educação superior” (exato)	3.261	3.178	2.668
assistência estudantil	357	347	334
“assistência estudantil” (exato)	336	326	318
política pública + educação superior	4.568	4.484	3.920
“política pública + educação superior (exato)	921	907	819
Política pública + educação superior + assistência estudantil	134	132	129
“Política pública + educação superior + assistência estudantil” (exato)	47	47	46

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Por fim foi incluída na combinação final “política pública + educação superior + assistência estudantil”, especificamente ao descritor “assistência estudantil” (termo exato), a restrição de busca pelo campo “assunto”, chegando ao número final de 26 publicações, entre teses e dissertações. Foi possível acessar todas estas publicações e, a partir do resumo e demais informações presentes nos registros nos repositórios, sintetizar alguns dados interessantes.

Do total de produções, foram encontradas 24 dissertações (92,3%) e apenas 02 teses de conclusão de doutorado (7,69%), o que reflete a distribuição geral do acervo. Em consulta realizada em 20 de fevereiro de 2022, dos 719.613 trabalhos, 521.116 são dissertações (72,41%) e 198.498 teses (27,58%). Um dado relevante é que das 26 produções selecionadas, 12 (46,1%) são oriundas de programas de pós-graduação profissional, o que demonstra o destaque destes programas no cenário científico nacional e na área da assistência estudantil.

No quesito ano de publicação, as teses e dissertações eram recentes, concentrando-se no período entre 2017 e 2019. Com a implantação do PNAES, houve um progressivo incremento financeiro nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além da ampliação de vagas de servidores públicos. É possível que este lapso entre o decreto do PNAES e os anos de maior número de produções acadêmicas encontradas se justifique pelo período de entrada e adaptação destes novos servidores nos espaços de atuação junto à assistência estudantil e também os reflexos que os recursos financeiros injetados vieram a causar no panorama da assistência estudantil.

Na Tabela 2 estão relacionados o número de produções e os respectivos anos de publicação.

**Tabela 2 - Número de trabalhos encontrados com referência ao ano de publicação**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2017	07
2019	07
2018	04
2013	02
2010; 2012; 2015; 2016;2020;2021	01

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Foram encontradas publicações em 18 instituições de ensino, sendo grande parte Universidades Federais, destacando-se a presença de trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do Ceará (UFC), com 06 produções. A partir da leitura dos resumos, dos registros do acervo e dos critérios de seleção e descarte foram selecionadas 09 produções para realizar a leitura “flutuante” do trabalho completo. Como critérios de descarte não foram selecionadas produções que tratam de políticas educacionais de permanência nos Institutos Federais; estudos de caso que não apresentem as percepções de estudantes sobre as políticas educacionais, estudos de caso que apresentem apenas a descrição das políticas públicas sem reflexão sobre o tema. Os critérios de seleção foram a aproximação com o objetivo da pesquisa em construção pelas autoras, ou seja, o pano de fundo deveria ser o Programa Nacional de Assistência Estudantil; a metodologia empregada a aplicação de instrumentos de pesquisa de campo e os sujeitos de pesquisa serem estudantes beneficiários das instituições. Dentre estas produções, foram encontradas 02 teses e 07 dissertações, sendo em grande parte pesquisas qualitativas e apenas 02 trabalhos que mesclaram enfoques qualitativos e quantitativos.

O seguinte passo foi buscar, dentre estas produções, aquelas que apresentassem em sua estrutura um capítulo ou subcapítulo específicos com discussão sobre a participação dos estudantes beneficiários na gestão, avaliação e monitoramento das ações e políticas de assistência estudantil. A partir deste critério, foram selecionadas 03 produções, sendo estas

Almeida (2019); Araújo (2018) e Marinho (2017), que tiveram como lócus de pesquisa, respectivamente, as instituições Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), o Instituto Federal do Ceará (Campus Iguatu) e Universidade Federal do Ceará (UFC - Campus Fortaleza).

Almeida (2019) buscou, em sua tese de Doutorado em Psicologia (UFRN), analisar a assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais, tendo como recorte a UFERSA, na qual atua como servidora técnico-administrativa em educação (TAE), no cargo de Psicóloga. Utilizou como método de análise o materialismo histórico e dialético, tendo uma primeira parte de revisão bibliográfica e análise documental de resoluções, portarias, relatórios, e em seguida, o trabalho de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos gestores, TAEs e estudantes. Em seu capítulo 4, intitulado “A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção”, a autora incluiu um subcapítulo voltado à discussão sobre a participação dos estudantes na avaliação das ações da assistência estudantil.

Neste mesmo sentido, Marinho (2017) incluiu um subcapítulo no qual questiona o fato de o Programa de Assistência Estudantil da UFC ter sido aprovado tardiamente, em 2013, tendo pouca ou nenhuma participação da equipe técnica e discentes na sua elaboração. Além disso apontou a urgente necessidade de uma gestão democrática deste programa. A autora buscou em sua dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (UFC) realizar uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFC - Campus Fortaleza, onde atua como Assistente Social. O percurso teórico-metodológico foi baseado no método crítico-dialético marxista, sendo um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica, e de campo, utilizando-se da observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas como técnicas aplicadas aos TAEs e aos estudantes beneficiários.

Araújo (2018) igualmente incluiu em seu trabalho o subcapítulo “5.3 Sobre a gestão e planejamento da Política de Assistência estudantil no campus – um olhar dos beneficiários”, no qual analisou os dados dos formulários respondidos pelos estudantes pesquisados. Sua pesquisa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (UFC) buscou analisar as condições de permanência ofertadas pela política de assistência estudantil no IFCE campus Iguatu aos estudantes no período de 2011 a 2015. Utilizou como abordagem o método dialético, fundamentado em Marconi e Lakatos (2010).

Este estudo é de natureza qualitativa e do tipo exploratório-descritivo, e para coleta de dados utilizou a análise documental e pesquisa de campo, dividida entre aplicação de questionário aos estudantes e entrevista semiestruturada com os gestores e equipe técnica. A autora empregou a técnica de observação assistemática participante com diário de campo, considerando seu envolvimento direto com o campo de pesquisa, sendo Assistente Social e parte da equipe técnica.

Estes três trabalhos têm muitos pontos em comum, sendo todos oriundos de instituições da região Nordeste e tendo como lócus de pesquisa IFES desta mesma região. Todas as pesquisadoras compõem equipes técnicas de trabalho na assistência estudantil, sendo uma psicóloga e duas assistentes sociais. Da mesma forma, os trabalhos têm os métodos de abordagem referenciados na corrente marxista, “materialismo histórico-dialético”, “crítico-dialético marxista” e “dialético”, que independente da nomenclatura utilizada, tem como ponto em comum o movimento dialético de compreensão do real (Almeida, 2019: 30; Araújo, 2018: 99; Marinho, 2017: 91). A dialética marxista propõe uma análise partindo do concreto ao abstrato, “mas para apreender o movimento desse real é necessário ultrapassar a aparência fenomênica do objeto estudado, ir além do nível da empiria para desvelar as mediações do objeto com a totalidade histórico, dialética e material” (Almeida, 2019: 30).

Nas produções há excertos de contribuições dos estudantes pesquisados, nos quais questionam a baixa participação ou inexistência de participação direta desta categoria na proposição, avaliação e monitoramento no âmbito da assistência estudantil, assim como, da gestão institucional em geral. A seguir são apresentados alguns destes trechos.

Eu acho que, por mais que as universidades abram de certa forma um espaço, a gente também é muito limitado, não há uma resposta real, muitas vezes mais ações institucionais do que realmente mudanças, são mais tentativas do que mudanças. Pode até haver os espaços, mas às vezes eu acho que não é real, eu tenho medo da nossa



participação enquanto estudante não ser considerada como algo real na instituição, a gente pode ser convidado ou convidada para debater algum assunto de assistência estudantil e não sabemos se nossas propostas são consideradas ou encaminhadas, se de fato são consideradas, se de fato aquilo ali é real, se não é mais um procedimento burocrático institucional do que vontade de mudar (E7) (Almeida, 2019: 174-175).

Porque a inserção do estudante na universidade deve ser acompanhada de medidas que permitam sua permanência para conclusão. A gratuidade do ensino público não basta para assegurar que estudantes sobrevivam ou permitam vivenciar as oportunidades na formação profissional, é preciso oferecer subsídios básicos e essenciais de subsistência para garantir a assiduidade estudantil. Além disso, a possibilidade de participação estudantil em espaços de discussão política e acadêmica, caso o objetivo seja a formação de profissionais críticos e comprometidos (Respondente 40) (Araújo, 2018: 137).

Pelo que eu conheço, as mudanças foram feitas mais pela necessidade que se via do aluno, não que o aluno tivesse vindo pra cá, um ou outro pode ter vindo, mas não que tenham formado uma comissão, de virem pra cá e tudo. Quer dizer, a universidade colocou os olhos sobre aquela necessidade e daí eles foram e estão aperfeiçoando a cada semestre, a cada ano, mas não houve assim, uma comitiva pra discussão com os alunos, com a comunidade acadêmica (Estudante 1) (Marinho, 2017: 205).

Essa ausência na participação dos estudantes na avaliação e monitoramento nas ações de assistência estudantil pode ser atribuída ao próprio decreto do PNAES, que não traz em seu texto menção sobre estes mecanismos. Assim, muitas IFES acabam não implementando avaliações periódicas aos beneficiários da política.

Percebeu-se ainda na análise que as IFES implementam as ações e programas de diversas maneiras. Algumas distribuem recursos pecuniários (bolsas), outras investem em ações/bens duradouros, como construção de moradias estudantis e restaurantes universitários. Essa diversidade é ressaltada por Eloi (2018):

Constata-se, então, que o PNAES contempla uma multiplicidade de linhas de atuação referentes a ações de assistência estudantil, e conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um amplo padrão de proteção social. Vale destacar que, embora o Decreto nº 7.234 defina as ações a serem implementadas no âmbito do Programa, não define as formas de execução dessas ações, o que leva a uma diversidade de projetos e serviços implementados pelas IFES (Eloi, 2018: 46).

Ressalta-se que estas pesquisas tiveram como plano de fundo a necessidade de avaliar estas instituições por diferentes enfoques, e que a participação estudantil na gestão foi apenas uma das categorias analisadas e não o foco central. De modo geral, as principais categorias apresentadas nos trabalhos versavam sobre a permanência estudantil; estudantes cotistas; estudantes residentes em moradia estudantil ou beneficiários de determinados serviços ou auxílios.

O decreto PNAES, em seu Art. 4, enumera as ações de assistência estudantil que podem ser abarcadas com os recursos repassados: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010: s/p). De acordo com esta relação, observa-se que apenas a moradia estudantil aparece nas produções, o que demonstra também uma lacuna nas produções científicas. Também se acredita que muitas IFES não oferecem todas estas ações de assistência estudantil aos estudantes, somente a moradia e alimentação, por serem de primeira necessidade.

Porém, se analisarmos o excerto do trabalho de Almeida (2019), na qual elenca os principais motivos para evasão nos cursos, temos: metodologia e didática dos professores; educação básica insuficiente; dificuldades socioeconômicas; problemas de adaptação; assédio; preconceito; saúde física e mental fragilizada e falta de identificação com o curso [...]. Verifica-se, pois, que muitos destes motivos têm relação direta com ações de assistência estudantil que precisam ser implementadas, principalmente na área da saúde física e mental para garantir a

permanência destes estudantes. Conforme a própria autora refere em seus escritos, a assistência estudantil precisa ser mais do que suprir as necessidades materiais, o suporte precisa ser mais do que ofertar moradia e alimentação.

Outra questão muito importante trazida por Araújo (2018) é a questão da segurança que a assistência estudantil traz para estudantes que, muitas vezes, não podem contar com os recursos de familiares ou não podem trabalhar, pois as aulas são em período integral. Segundo a autora:

Observa-se que a falta de condições financeiras gera um fenômeno designado por alguns estudantes como insegurança financeira para permanência. Esse fenômeno se dá quando, mesmo havendo as condições de acesso, os estudantes permanecem sob condições de insegurança de renda pessoal e/ou familiar decorrentes de situações de ausência ou precariedade de renda ou de uma renda proveniente de vínculos informais de trabalho (Araújo, 2018: 134).

Pode-se estabelecer neste momento uma relação com o período político vivenciado atualmente pelas IFES, na qual houve um corte expressivo no montante de recursos financeiros repassados para a assistência estudantil e para as universidades como um todo. Assim, os gestores precisam remanejar e realocar recursos, dando ênfase para alguns auxílios em detrimento de outros.

Isso acaba gerando um sentimento de insegurança a estes estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que dependem exclusivamente destes recursos e das ações de assistência estudantil, conforme resposta de um estudante participante da pesquisa que afirma: existem duas faces para as necessidades não supridas: a não permanência e a resiliência diária para permanecer que pode provocar adoecimento.

No trabalho de Marinho (2017) a relação entre acesso e permanência também é enfatizada como verifica-se no trecho no qual a autora relata que a condição socioeconômica do aluno pobre é anterior a entrada na instituição educacional e perdura igualmente no transcurso da vida universitária, daí a relevância em se implementar programas de assistência estudantil para este público.

Em todos os trabalhos havia o interesse pela percepção dos estudantes sobre a assistência estudantil e sobre os fatores que impactam na continuidade e manutenção da sua condição de estudante. Isso demonstra o movimento dos pesquisadores em perceber esta política a partir dos usuários que vivenciam esta realidade.

#### **4. Considerações finais**

No percurso da construção deste estado do conhecimento foi possível acessar teses e dissertações construídas a partir de perspectivas diversas, sob diferentes métodos, metodologias e técnicas empregadas, além disso foi possível verificar referências bibliográficas relevantes para a continuação da pesquisa.

É possível concluir a partir desta pesquisa do estado do conhecimento, que há uma baixa produção em teses e dissertações sobre a participação dos estudantes na elaboração e gestão das políticas e programas de assistência estudantil, e inexistem trabalhos que aprofundem este problema em específico. Além disso, não identificamos dentre as produções oriundas de mestrados profissionais, propostas de mediação (produto) que intervenham no sentido de mudar a realidade, rumo a uma gestão democrática desta política.

Esta é, pois, uma lacuna importante, tanto quando se trata da produção científica como também das rotinas de gestão das ações de assistência estudantil. É, portanto, necessário tratar desse tema para haver avanços, conforme também ressaltam Kohls-Santos e Morosini (2021):

(...) sabemos que o conhecimento está em constante processo de construção e reconstrução, dentro de um tempo e espaço definidos sendo que, a finalização de uma pesquisa do tipo EC pode suscitar uma nova e diferente pesquisa com diferentes vieses e proposições a partir do olhar de cada pesquisador e da renovação e avanço do tempo e espaço pesquisado (Kohls-Santos e Morosini, 2021: 143).

Percebe-se uma tendência à avaliação destes programas o que pode demonstrar uma insuficiência destas IFES em implementar este tipo de pesquisa de forma institucionalizada, levando os próprios servidores a realizá-los em seus percursos de qualificação acadêmica. Isso também pode ocorrer pois, conforme o decreto PNAES, as IFES têm autonomia para implementar ações de acordo com a realidade de sua comunidade universitária, visto que esta autonomia pode muitas vezes também refletir em uma ausência de parâmetros de avaliação.

Esta temática de estudo precisa ser mais desenvolvida trazendo diferentes cenários de IFES tendo em vista que cada universidade implementa e gerencia as políticas de uma maneira, com diferentes planejamentos e propostas. Além disso, dependendo de fatores como localização, economia e perfil da comunidade acadêmica, as IFES darão prioridade a determinadas ações de assistência estudantil.

Assim podemos afirmar que com a leitura completa dos trabalhos analisados, foi possível, com os relatos dos estudantes beneficiários, verificar que garantir a educação superior é muito mais que propor políticas com cotas para que os sujeitos ingressem na educação superior. É necessário garantir a democratização e os meios para que os estudantes consigam trilhar um percurso acadêmico com condições financeiras, físicas e emocionais mínimas para que se tenha efetivamente uma formação profissional, para além das demandas do capital e dos ditames do mercado.

Diante disso, se faz mister compreender que o conhecimento científico trazido na maioria das produções publicadas apresenta-se como uma ferramenta de múltiplos usos políticos. Ele tem tanto o caráter político estratégico ou libertário e o de mercadoria no sentido de se fazer valer os interesses econômicos dos capitalistas. O poder emancipatório, em sua capacidade de incrementar o diálogo e as possibilidades de ação da coletividade, passaria pela ideia de que ao mesmo tempo em que a ciência deve romper com o senso comum no sentido de se desenvolver analítica e formalmente, ela deve retornar ao senso comum enquanto disponibilidade e acessibilidade, ainda que seu registro formal deva ser traduzido para uma linguagem mais funcional.

Nesse sentido, vale a pena ressaltar que a sociedade contemporânea tem apresentado, neste início de segunda década do século XXI, mudanças estruturais preocupantes para que estes objetivos tenham êxito. A desagregação dos valores éticos e políticos individualizam a busca de alternativas, pois o sucesso ou insucesso passa a ser de responsabilidade *individual*. Valem mais os interesses pessoais e imediatos dos indivíduos do que princípios voltados para a vida coletiva. A sociedade do *salve-se quem puder* expõe sua fragilidade e dificulta ações consensuais democráticas e participativas acentuadamente. Para Marx (1977), só a luta de classe revela a existência desse movimento. Esta é que permite a mudança das condições materiais, modificando e criando novas relações sociais. O processo de luta se dá no âmbito da organização social da produção capitalista, pois é nesse momento que se contrapõem dominantes e dominados.

Por outro lado, na contramão desse pensamento marxista, podemos perder a capacidade de compreender a realidade. E aqui não se trata de que não se deve pensar e refletir sobre modos de transformar a realidade, mas sim, de onde sai a função transformadora de compreendê-la? O que faz um investigador, um intelectual compreender o real, o concreto-pensado em sua totalidade?

Ora, nunca devemos nos esquecer que as classes dominantes monopolizam a ciência, a arte e a dimensão mais ampliada da cultura. A ciência passa a ser um instrumento de apropriação cultural e espiritual nas mãos da classe dominante que a usará como meio de extorsão da mais valia. Como analisar a produção científica sem este contexto histórico? Quem forma o pesquisador que produz os *papers*, os artigos científicos e escreve livros? Porque tanta produção concentrada em determinados temas e muito pouca em outros? Não estaria o pesquisador e sua produção também a serviço da classe dominante? Como dizia Bertold Brecht, “tantos relatos, tantas perguntas”. Vale a pena uma reflexão!

## Referências

- ALMEIDA, M. R. (2019). *A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- ANDRÉ, M. y ROMANOWSKI, J. P. (1999). *Estado da arte sobre formação de professores nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, 1990 a 1996*. Programa e Resumos da 22ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Caxambu-MG.
- ARAÚJO, S. A. L. (2018). *Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior*. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas da Educação Superior)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- BRANDAU, R., MONTEIRO, R. y BRAILE, D. M. (2005). Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. *Revista brasileira de cirurgia cardiovascular*. n°1 (20): VII-IX. São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-76382005000100004>
- BRASIL (2007). *Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 24 abr. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 22 out. 2021.
- BRASIL (2010). *Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 19 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 29 jun.2021.
- ELOI, S. S. S. (2018). *Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa*.Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- FERREIRA, N. S. A. (1999). *Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*.Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FIORENTINI, D. (1994). *Rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática. O caso da produção científica em cursos de Pós-Graduação*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- KOHL-SANTOS, P. e MOROSINI, M.C. (2021). O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica*, v. 33, Maio/Ago. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318> Acesso em: 12 out. 2023
- MARCONI, M. y LAKATOS, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. – São Paulo: Atlas.
- MARINHO, P. G. (2017). *O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017*. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- MARX, K. (1977). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo. Editora Martins Fontes.
- MARX, K., ENGELS, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- MOROSINI, M. C., y FERNANDES, C. M. B. (2014). Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*. Porto Alegre, n° 2 (5), 154-164.
- MOROSINI, M.C., KOHL-SANTOS, P., BITTENCOURT, Z. (2021). *Estado do conhecimento: teoria e prática*. Curitiba: CRV.

ROMANOWSKI, J.P. y ENS, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, n° 19 (6), 37-50.

SOARES, M. (1989). *Alfabetização no Brasil – O Estado do conhecimento*. Brasília: INEP/MEC.

VASCONCELOS, N. B. (2010). Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior Brasil. *EnsinoEm-Revista*, Uberlândia, n° 2 (17), 599-616.

**Autoras.**

**Bruna Surdi Alves**

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Assistente social na Universidade Federal de Santa Maria.

[bruna.surdi@ufsm.br](mailto:bruna.surdi@ufsm.br)

**Ketlin Elís Perske**

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Servidora técnica-administrativa em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

[ketlin.perske@ufsm.br](mailto:ketlin.perske@ufsm.br)

**Maria de Lourdes Pinto de Almeida**

Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Doutora em Filosofia, História e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Docente pesquisadora na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal de Santa Maria.

[malu04@gmail.com](mailto:malu04@gmail.com)

**Citado.**

SURDI ALVES, Bruna; PERSKE, Ketlin Elís e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (2024). Assistência estudantil na educação superior: mapeamento da produção científica a partir do estado do conhecimento (2010-2021). *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*. N°28, Año 14, pp. 44-56.

**Plazos.**

Recibido: 24/02/2023. Aceptado: 17/11/2023.